

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

**LEILÃO Nº \_\_/2013**

**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO**  
**DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS DO RIO DE JANEIRO/GALEÃO -**  
**ANTONIO CARLOS JOBIM, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ, E**  
**TANCREDO NEVES/CONFINS, NOS MUNICÍPIOS DE CONFINS/MG E**  
**DE LAGOA SANTA/MG**

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

**Sumário**

PREÂMBULO.....	4
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	5
Seção I - Das Definições .....	5
Seção II - Do Objeto .....	10
Seção III - Do Acesso ao Edital .....	12
Seção IV - Dos Esclarecimentos sobre o Edital .....	13
Seção V - Das Visitas Técnicas.....	14
Seção VI - Da Impugnação ao Edital.....	14
Seção VII - Das Disposições Gerais.....	15
CAPÍTULO II - DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO .....	16
CAPÍTULO III - DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO .....	17
Seção I - Da Participação de Empresa Estrangeira.....	17
Seção II - Da Participação em Consórcio.....	18
Seção III - Das Limitações à Participação .....	19
CAPÍTULO IV - DA DOCUMENTAÇÃO .....	21
Seção I - Das Declarações Preliminares .....	21
Seção II - Dos Representantes.....	22
Subseção I - Do Representante Credenciado.....	22
Subseção II - Das Corretoras Credenciadas .....	24
Seção III - Da Garantia de Proposta .....	24
Seção IV - Da Proposta Econômica .....	27
Seção V - Da Habilitação .....	29
Subseção I - Da Habilitação Jurídica.....	29
Subseção II - Da Habilitação Econômico-financeira.....	31
Subseção III - Da Regularidade Fiscal e Trabalhista .....	32
Subseção IV - Da Habilitação Técnica .....	32

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

CAPÍTULO V - DAS ETAPAS DO LEILÃO .....	34
Seção I - Da Apresentação dos Documentos .....	34
Seção II - Da Análise das Declarações Preliminares, Documentos de Representação e Garantia de Proposta.....	36
Seção III - Da Sessão Pública do Leilão.....	37
Seção IV - Da Análise dos Demais Documentos.....	39
Seção V - Dos Recursos Administrativos.....	40
Seção VI - Da Homologação do Leilão e da Adjudicação do Objeto .....	41
Seção VII - Do Cronograma dos Eventos.....	41
CAPÍTULO VI - DO CONTRATO DE CONCESSÃO .....	44
Seção I - Das Obrigações Prévias à Celebração do Contrato .....	44
Seção II - Da Celebração do Contrato de Concessão .....	48
Seção III - Das Disposições Gerais do Contrato de Concessão.....	49
CAPÍTULO VII - DAS PENALIDADES.....	50
CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	50

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

**PREÂMBULO**

A União, por meio da ANAC, autarquia vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, torna público, por meio do presente EDITAL do Leilão nº xxx/2013, as condições da licitação, na modalidade de leilão com inversão de fases, conforme descrito no Capítulo V – Das Etapas do Leilão, com critério de julgamento o maior Valor Global de Contribuição Fixa, a fim de selecionar as melhores propostas para a celebração de contratos de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos Internacionais do Rio de Janeiro/Galeão e Tancredo Neves/Confins.

Os Aeroportos Internacionais do Rio de Janeiro/Galeão e Tancredo Neves/Confins foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto Federal nº 7.896, de 1º de fevereiro de 2013. As condições e os procedimentos de desestatização e concessão estão baseados no Decreto Federal nº 7.624, de 22 de novembro de 2011, que dispõe sobre as condições de exploração pela iniciativa privada da infraestrutura aeroportuária, por meio de concessão, bem como na Resolução do Conselho Nacional de Desestatização - CND nº 02, de 16 de janeiro de 2013.

A presente licitação também será regida pelas regras previstas neste Edital e seus anexos, pelas Leis Federais nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas vigentes sobre a matéria.

A licitação foi precedida de Audiência Pública, nos termos do artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, devidamente divulgada no sítio eletrônico [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br) e no Diário Oficial da União nº xxxx, de xxx de xxxxx de 2013, Seção 3, página x, com sessões presenciais realizadas em Brasília/DF, no dia xxx de xxxxx de 2013, em Belo Horizonte, no dia xxxx, de xxxxx de 2013 e no Rio de Janeiro, no dia xxxx de xxxxx de 2013.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

**CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Seção I - Das Definições**

1.1. Para os fins do presente Edital, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as expressões seguintes são assim definidas:

1.1.1.**Acionista Privado:** sociedade de propósito específico, constituída na forma de sociedade por ações pela Proponente vencedora da Concessão de cada Aeroporto, de acordo com as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, para deter a participação na Concessionária e celebrar o Acordo de Acionistas com a Infraero;

1.1.2.**Acordo de Acionistas:** o acordo de acionistas a ser celebrado entre o Acionista Privado e a Infraero, na forma do Anexo 21 – Acordo de Acionistas;

1.1.3.**Adjudicatária:** proponente (ou licitante) vencedor do processo licitatório;

1.1.4.**Aeroportos:** Aeroportos Internacionais que serão objeto do presente procedimento licitatório, quais sejam:

1.1.4.1. **Aeroporto de Confins:** Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins, cujo sítio está localizado nos Municípios de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais;

1.1.4.2. **Aeroporto do Galeão:** Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim, cujo sítio está localizado no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

1.1.5.**ANAC:** Agência Nacional de Aviação Civil, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, criada pela Lei Federal nº. 11.182, de 27 de setembro de 2005;

1.1.6.**Anexo do Contrato:** cada um dos Anexos do Contrato de Concessão;

1.1.7.**Anexos:** cada um dos documentos anexos ao Edital, seguido da sua denominação;

1.1.8.**[Entidade Encarregada pelo Leilão]:** [Entidade Encarregada pelo Leilão], com sede no Município de [Município], Estado de [Estado], à [endereço], gestora de garantias financeiras e responsável pela condução da Sessão Pública do Leilão;

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 1.1.9. **Coligadas:** sociedades submetidas à influência significativa de outra sociedade. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la;
- 1.1.10. **Comissão de Licitação:** comissão instituída pela ANAC que será responsável por conduzir os procedimentos relativos ao Leilão, além de examinar e julgar todos os documentos;
- 1.1.11. **Complexo Aeroportuário:** a área da Concessão, caracterizada pelo sítio aeroportuário, de acordo com o Aeroporto objeto da Concessão, e em conformidade com a descrição constante do Anexo 2 – Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, do Contrato, aplicável a cada Aeroporto, incluindo faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais, administrativas e comerciais relacionadas à Concessão;
- 1.1.12. **Concessão:** concessão de serviços públicos de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, cujo escopo é a ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto objeto do Contrato;
- 1.1.13. **Concessionária:** sociedade de propósito específico responsável pela execução do Contrato, integrada por uma participação majoritária do Acionista Privado e minoritária da Infraero;
- 1.1.14. **Consórcio:** é o grupo de licitantes, solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, e vinculados por Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, nos moldes do Anexo 20 - Instruções para o Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico;
- 1.1.15. **Contrato:** o Contrato de Concessão a ser celebrado entre o Poder Concedente e a Concessionária, nos termos do Anexo 25 - Minuta do Contrato de Concessão;
- 1.1.16. **Contribuição ao Sistema:** valor total pago pela Concessionária ao FNAC constituído pela Contribuição Fixa e pela Contribuição Variável, nos termos do Contrato;
- 1.1.17. **Controlada:** a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou por meio de outras controladas ou coligadas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

permanente, a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; e usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade;

**1.1.18. Controladora:** a pessoa física ou jurídica que:

1.1.18.1. é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; e

1.1.18.2. usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade.

**1.1.19. Controlador Direto:** a pessoa física ou jurídica ou conjunto de pessoas vinculadas por acordo de acionistas ou instrumento similar que, por meio de participação acionária direta na pessoa jurídica que opera diretamente um aeroporto:

1.1.19.1. seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; e

1.1.19.2. use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade.

**1.1.20. Controle do Acionista Privado:** titularidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações representativas do capital social votante do Acionista Privado ou outro critério que venha a ser regulamentado pela ANAC;

**1.1.21. Controle da Concessionária:** titularidade de pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) das ações representativas do capital social votante da Concessionária ou outro critério que venha a ser regulamentado pela ANAC;

**1.1.22. Corretora Credenciada:** sociedade corretora habilitada nos termos da legislação brasileira e autorizada a operar na [Entidade Encarregada pelo Leilão] e contratada pela Proponente para representá-la em todos os atos relacionados ao Leilão junto à [Entidade Encarregada pelo Leilão];

**1.1.23. Documentos de Habilitação:** conjunto de documentos arrolados no Edital, a ser obrigatoriamente apresentado pelas Proponentes e membro do Consórcio, conforme

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

o caso, destinado a comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, habilitação técnica e econômico-financeira;

1.1.24. **Edital:** é o presente documento que estipula as regras do Leilão;

1.1.25. **Empresa Líder do Consórcio:** empresa indicada pela Proponente participante do certame na qualidade de consorciada, responsável perante o Poder Concedente pelo cumprimento das obrigações da Proponente contidas neste Edital, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais empresas consorciadas;

1.1.26. **Empresas aéreas:** pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras devidamente autorizadas a executar transporte aéreo regular ou não de pessoas e/ou cargas e malotes postais com fins lucrativos;

1.1.27. **FNAC:** Fundo Nacional de Aviação Civil, de natureza contábil, vinculado à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, criado pela Lei 12.462, de 05 de agosto de 2011, para destinação dos recursos do sistema de aviação civil;

1.1.28. **Garantia de Execução Contratual:** garantia do fiel cumprimento das obrigações do Contrato, a ser prestada pela Concessionária, e que poderá ser executada pela ANAC nas hipóteses previstas no Contrato;

1.1.29. **Garantia de Proposta:** garantia pecuniária prestada pelas Proponentes que poderá ser executada pelo Poder Concedente, nos termos do Edital;

1.1.30. **Infraero:** Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, empresa pública federal instituída pela Lei Federal n. 5.862, de 12 de dezembro de 1972;

1.1.31. **Leilão:** modalidade de licitação para a seleção da Proponente que constituirá a Concessionária responsável pela execução do objeto da Concessão;

1.1.32. **Manual de Procedimentos do Leilão:** documento divulgado pela [Entidade Encarregada pelo Leilão] na sua página da Internet, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de Garantia de Proposta e da Sessão Pública do Leilão;

1.1.33. **Oferta Ativa:** oferta de uma Proponente classificada que será considerada para efeito de resultado final do Leilão;



**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 1.1.34. **Operador Aeroportuário:** pessoa jurídica que opera diretamente um aeroporto, seu controlador direto ou subsidiária integral da pessoa jurídica operadora ou de seu controlador direto que atenda integralmente os requisitos de habilitação técnica previstos no Edital;
- 1.1.35. **Partes Relacionadas:** com relação à Concessionária e ao Acionista Privado, qualquer pessoa Controladora, Coligada e respectivas Controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas Normas Contábeis em vigor;
- 1.1.36. **PEA:** Plano de Exploração Aeroportuária, apresentado pelo Poder Concedente como Anexo 2 ao Contrato, com vistas ao detalhamento de cada Aeroporto Internacional objeto da Concessão e ao estabelecimento dos parâmetros mínimos de suas obras, investimentos e dos indicadores de qualidade e dos serviços a serem realizados pela Concessionária durante a execução contratual;
- 1.1.37. **Poder Concedente:** significa a União Federal, representada pela ANAC, nos termos do art. 8º, XXIV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005;
- 1.1.38. **Proponente:** pessoas jurídicas, fundos de investimento e entidades de previdência complementar participantes do Leilão, individualmente ou como membro de Consórcio;
- 1.1.39. **Proponente Classificada:** Proponente cuja proposta econômica atenda à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e ainda esteja submetida apenas a condições e termos previstos neste Edital;
- 1.1.40. **Proponente Titular do Aeroporto:** Proponente classificada que apresentou a maior oferta, até o momento, para o Aeroporto em questão, observadas as regras da Sessão Pública de Leilão;
- 1.1.41. **Receitas Não Tarifárias:** receitas alternativas, complementares ou acessórias, obtidas pela Concessionária em decorrência de exploração de atividades econômicas realizadas no Complexo Aeroportuário, e que não sejam remuneradas por Tarifas;
- 1.1.42. **Receitas Tarifárias:** receitas decorrentes do pagamento das tarifas aeroportuárias;
- 1.1.43. **Representantes Credenciados:** pessoas autorizadas a representar as Proponentes em todos os documentos relacionados ao Leilão, exceto nos atos praticados junto à [Entidade Encarregada pelo Leilão];

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 1.1.44. **Sessão Pública do Leilão:** sessão pública para abertura do envelope da proposta econômica entregue pelas Proponentes, referente aos Aeroportos objeto da Concessão, e realização da etapa de viva-voz do Leilão;
- 1.1.45. **Tarifa:** remuneração pela prestação dos serviços aeroportuários, nos termos do Anexo 4 do Contrato - Tarifas do Contrato de Concessão do respectivo Aeroporto;
- 1.1.46. **Termo de Aceitação Provisória e de Permissão de Uso de Ativos:** documento emitido pela ANAC com o inventário dos bens existentes, o seu estado de conservação e operação e que formaliza a permissão de uso e acesso gratuito de ativos, instalações e equipamentos da Concessão por parte da Concessionária;
- 1.1.47. **URTA:** Unidade de Referência da Tarifa Aeroportuária, correspondente a 1000 (mil) vezes o valor teto da Tarifa de Embarque Doméstico, não considerados os adicionais incidentes, prevista no Anexo 4 do Contrato – Tarifas do Contrato de Concessão, vigente na data do recolhimento da multa aplicada;
- 1.1.48. **Usuários:** todas as pessoas físicas e jurídicas que sejam tomadoras dos serviços prestados pela Concessionária, ou por terceiro por ela indicado, no Complexo Aeroportuário;
- 1.1.49. **Valor da Contribuição Fixa:** valor ofertado pela Proponente para pagamento ao Poder Concedente, nos termos de sua proposta econômica para o respectivo Aeroporto;
- 1.1.50. **Valor Global de Contribuição Fixa:** somatório do Valor de Contribuição Fixa da Proponente Titular de cada Aeroporto, observadas as regras da Sessão Pública de Leilão.
- 1.2. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação, as definições do Edital serão igualmente aplicadas em suas formas singular e plural.

## **Seção II - Do Objeto**

- 1.3. A finalidade do presente Leilão é a CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS, conforme disposto na Minuta do Contrato e dos Anexos ao Contrato correspondente ao Aeroporto objeto da Concessão, em consonância com os requisitos contidos neste Edital e Anexos, a ser remunerada por meio de Receitas Tarifárias e não Tarifárias.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

1.4. Os objetos da licitação são as Concessões dos seguintes Aeroportos: Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim e Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins.

1.4.1. Será celebrado um Contrato de Concessão para cada Aeroporto.

1.5. As Proponentes poderão apresentar propostas econômicas para todos os Aeroportos, sendo que somente poderá ser adjudicado um único Aeroporto por Proponente.

Constituem parte integrante deste Edital, os seguintes Anexos:

Anexo 1 - Manual de Procedimentos do Leilão;

Anexo 2 - Modelo de Solicitação de Esclarecimentos do Leilão;

Anexo 3 - Modelo de Procuração;

Anexo 4 - Modelo de Procuração (Proponentes em Consórcio);

Anexo 5 - Modelo de Procuração (Proponentes Estrangeiras);

Anexo 6 - Modelo de Carta de Apresentação de Garantia de Proposta;

Anexo 7 - Termos e Condições Mínimas do Seguro-Garantia;

Anexo 8 - Modelo de Fiança Bancária;

Anexo 9 - Modelo de Apresentação de Proposta Econômica (escrita);

Anexo 10 - Modelo de Ratificação de Proposta Econômica;

Anexo 11 - Modelo de Carta subscrita por instituição financeira declarando viabilidade da Proposta Econômica;

Anexo 12 - Modelo de Termo de Confidencialidade entre a licitante e a instituição financeira/auditoria independente;

Anexo 13 - Modelo de Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação;

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

Anexo 14 - Modelo de Declaração de Ciência dos Termos do Edital e Ausência de Impedimento de Participação no Leilão;

Anexo 15 - Modelo de Carta de Declaração de Inexistência de Processo Falimentar, Recuperação Judicial, Extrajudicial ou Regime de Insolvência;

Anexo 16 - Modelo de Declaração Formal de Expressa Submissão à Legislação Brasileira e de Renúncia de Reclamação por via Diplomática;

Anexo 17 - Modelo de Declaração de Capacidade Financeira;

Anexo 18 - Modelo de Declaração de Regularidade ao Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

Anexo 19 - Modelo de Carta Subscrita por Operador Aeroportuário;

Anexo 20 - Instruções para o Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico;

Anexo 21 - Minuta de Acordo de Acionistas;

Anexo 22 - Requisitos Mínimos do Estatuto Social;

Anexo 23 – Modelo de Carta Subscrita por Auditoria Independente;

Anexo 24 – Modelo de Carta de Declaração de Inexistência de Débitos Fiscais e Trabalhistas;

Anexo 25 - Minuta do Contrato de Concessão.

### **Seção III - Do Acesso ao Edital**

1.6. O Edital da presente licitação, seus Anexos, bem como todas as informações, estudos e projetos disponíveis sobre os Aeroportos em questão poderão ser obtidos:

1.6.1. em mídia eletrônica, na sede da ANAC, situada em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque da Cidade Corporate - Torre A, CEP 70308-200, entre xxx de xxx de 2013 e xxxx de xxxx de 2013, de 9h às 16h, por meio de

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

agendamento com a Comissão de Licitação, via endereço eletrônico a ser disponibilizado no sítio eletrônico da ANAC, [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br); e

1.6.2.no sítio eletrônico da ANAC, [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br), incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas para tanto neste Edital.

1.7. As empresas interessadas deverão obter o Edital pelos meios acima especificados, para garantia da autenticidade dos textos e de que estão em seu poder todos os documentos e Anexos que compõem o Edital.

1.8. A ANAC não se responsabiliza pelo texto e anexos de Editais obtidos ou conhecidos de forma ou em local diversos dos indicados neste Edital.

1.9. A obtenção do Edital não será condição para participação no Leilão, sendo suficiente para tanto o conhecimento e aceitação, pela Proponente, de todos os seus termos e condições.

**Seção IV - Dos Esclarecimentos sobre o Edital**

1.10. A Comissão de Licitação poderá prestar esclarecimentos sobre o Edital, de ofício ou a requerimento das Proponentes, que vincularão a interpretação de suas regras.

1.11. O pedido de esclarecimentos, pelas Proponentes, deverá ocorrer até o dia xxx de xxxx de 2013, observado o disposto no item 1.28, mediante encaminhamento de arquivo que contenha as questões formuladas, em formato “Word” (.doc), seguindo o modelo integrante do Anexo 2 - Modelo de Solicitação de Esclarecimentos do Leilão.

1.12. O encaminhamento poderá ser:

1.12.1. por meio eletrônico, no sítio da ANAC em link que será disponibilizado; ou

1.12.2. por meio de correspondência protocolada na sede da ANAC, em que conste o arquivo impresso e em formato eletrônico.

1.13. A ANAC não responderá questões que tenham sido formuladas de forma diferente da estabelecida no Edital.

1.14. Todas as respostas da ANAC aos pedidos de esclarecimentos realizados nos termos deste item constarão de ata, que será parte integrante do procedimento licitatório.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 1.15. A ata será divulgada no sítio eletrônico da ANAC pelo menos 10 (dez) dias antes da data estabelecida para a entrega dos envelopes descritos no item 5.1 da Seção I - Da Apresentação dos Documentos do CAPÍTULO V - DAS ETAPAS DO LEILÃO e estará à disposição dos interessados na sede da ANAC para consulta, sem identificação da fonte do questionamento. As Proponentes poderão, também, retirar cópia da ata de esclarecimentos sobre o Edital na sede da ANAC.

**Seção V - Das Visitas Técnicas**

- 1.16. As Proponentes poderão vistoriar o Complexo Aeroportuário de cada Aeroporto, objeto da licitação, em visitas técnicas que serão agendadas, conforme procedimento a ser divulgado pela Comissão de Licitação.
- 1.17. As visitas técnicas deverão ser realizadas até a data estabelecida para a entrega dos envelopes descritos no item 5.1.

**Seção VI - Da Impugnação ao Edital**

- 1.18. Eventual impugnação deste Edital deverá ser protocolada na sede da ANAC até 5 (cinco) dias úteis antes da data estabelecida para a entrega dos envelopes descritos no item 5.1, sob pena de decadência do direito.
- 1.19. A impugnação ao Edital deverá ser dirigida ao presidente da Comissão de Licitação e entregue na sede da ANAC em meio físico e eletrônico. Havendo divergência de informações entre a versão física e a eletrônica, prevalecerá o conteúdo disponibilizado em meio físico, conforme item 1.31.
- 1.20. A impugnação deverá especificar a qual Aeroporto faz referência ou indicar que se refere ao Edital como um todo. A impugnação relativa a questões específicas de um Aeroporto não impedirá ou suspenderá o prosseguimento da licitação em relação aos demais Aeroportos.
- 1.21. A Comissão de Licitação deverá julgar e responder às eventuais impugnações, na forma da lei.
- 1.22. Fica a critério da ANAC prosseguir com o Leilão caso medida judicial ou administrativa suspenda a licitação relativa a um dos Aeroportos.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

**Seção VII - Das Disposições Gerais**

- 1.23. Todos os documentos da licitação, bem como as correspondências trocadas entre as Proponentes e a ANAC deverão ser redigidos em língua portuguesa, sendo toda a documentação consultada e interpretada de acordo com este idioma.
- 1.24. Não serão considerados para efeito de avaliação e julgamento das propostas os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas sem (i) a autenticação dos respectivos consulados brasileiros e (ii) a tradução juramentada para a língua portuguesa.
- 1.25. Exceto quando expressamente autorizado neste Edital, os documentos deverão ser apresentados conforme os modelos constantes do Edital, quando houver.
- 1.26. Todas as referências de horário do presente Edital referem-se ao horário oficial de Brasília.
- 1.27. Todas as correspondências referentes ao Edital enviadas à ANAC serão consideradas como entregues na data do seu recebimento pela ANAC, mediante protocolo na sede da Agência ou outra forma de confirmação de recebimento de mensagem, em caso de correspondência eletrônica.
- 1.28. As correspondências recebidas pela ANAC após as 18h, inclusive as correspondências dirigidas ao endereço eletrônico, serão consideradas como recebidas no dia útil imediatamente posterior.
- 1.29. Qualquer alteração no Edital será divulgada no Diário Oficial da União e no sítio [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br).
- 1.30. Os documentos apresentados em meio eletrônico não poderão ter restrições de acesso ou proteção de conteúdo.
- 1.31. Caso exista divergência entre as informações apresentadas em meio físico e eletrônico, prevalecerão as informações prestadas em meio físico.
- 1.32. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao respectivo Complexo Aeroportuário objeto da Concessão e à sua exploração, disponibilizados no sítio da ANAC, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da Concessão, não

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

apresentando qualquer caráter vinculativo que responsabilize o Poder Concedente perante as Proponentes ou perante a futura Concessionária.

- 1.33. As Proponentes são responsáveis pela análise direta das condições do respectivo Complexo Aeroportuário e de todos os dados e informações sobre a exploração da Concessão, bem como pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis ao Leilão e à Concessão, devendo arcar com seus respectivos custos e despesas, inclusive no tocante à realização de estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos.
- 1.34. A participação no Leilão implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do Edital e Anexos, da minuta do Contrato de Concessão e Anexos, bem como das demais normas aplicáveis ao Leilão.

**CAPÍTULO II - DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

- 2.1. O Leilão será julgado pela Comissão de Licitação, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à realização do Leilão.
- 2.2. A Comissão de Licitação poderá solicitar informações de quaisquer órgãos e entidades envolvidos nesta licitação, bem como de todos aqueles integrantes da Administração Pública Federal.
- 2.3. Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a Comissão de Licitação poderá:
- 2.3.1. solicitar às Proponentes, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados, bem como adotar critérios de saneamento de falhas de caráter formal no curso do Leilão, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente nos documentos apresentados pelas Proponentes;
  - 2.3.2. promover diligência destinada a esclarecer e pedir informações complementares para esclarecer, confirmar a autenticidade das informações contidas nos documentos, ou a complementar a instrução do Leilão; e
  - 2.3.3. prorrogar os prazos de que trata o Edital em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior, sem que caiba às Proponentes direito à indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título, mediante prévia aprovação da Diretoria da ANAC.



**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013****CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS  
RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 2.4. A recusa em fornecer esclarecimentos e documentos ou em cumprir as exigências solicitadas pela Comissão de Licitação, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste Edital, poderá ensejar a desclassificação da Proponente, com a consequente execução da Garantia de Proposta, nos termos do item 4.18 deste Edital.

**CAPÍTULO III - DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO**

- 3.1. Poderão participar do Leilão, nos termos deste Edital, Proponentes pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras, entidades de previdência complementar e fundos de investimento, isoladamente ou em Consórcio.
- 3.2. Não será permitida a participação de membro consorciado, suas Coligadas, Controladas, Controladora, ou sob controle comum, em mais de um Consórcio, ainda que com participações ou membros distintos entre si, ou isoladamente, ainda que relativo à proposta para outro Aeroporto.
- 3.3. Uma mesma entidade, suas Controladoras, Controladas, Coligadas, ou entidades sob controle comum, isoladamente ou em Consórcio, somente poderão ser vencedoras de um dos Aeroportos objeto deste Edital, devendo observar as regras aplicáveis ao Leilão.
- 3.4. As Proponentes serão representadas no Leilão, necessariamente, por Representantes Credenciados e Corretoras Credenciadas.

**Seção I - Da Participação de Empresa Estrangeira**

- 3.5. As Proponentes pessoas jurídicas estrangeiras deverão apresentar, tanto para a participação isolada como em Consórcio, os documentos equivalentes aos documentos para a habilitação, autenticados pela autoridade consular brasileira de seu país de origem, e traduzidos por tradutor juramentado.
- 3.6. As Proponentes pessoas jurídicas estrangeiras deverão apresentar atestado expedido pela Embaixada do País de origem no Brasil, certificando a correlação entre os documentos administrativos legais e suas validades, normalmente exigidos em licitações no Brasil e os correspondentes no País de origem. .
- 3.7. Os documentos de habilitação equivalentes devem ser apresentados de forma a possibilitar a análise acerca da sua validade e exigibilidade.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

3.8. Na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste Edital ou de órgão(s) no país de origem que os autentique(m), deverá ser apresentada declaração, informando tal fato, emitida por instituição de direito público ou por notário público, devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira do país de origem e traduzida por tradutor juramentado .

3.8.1.Caso algum dos documentos exigidos na Subseção III da Seção V do Capítulo IV do presente Edital se enquadre na hipótese do item anterior, deverá ser apresentada pela Proponente declaração de inexistência de débitos de natureza tributária e trabalhista exigíveis, conforme modelo trazido pelo Anexo 24, bem como a declaração prevista no item 3.8.

3.9. Considera-se Representante Legal das Proponentes pessoas jurídicas estrangeiras a pessoa legalmente credenciada e domiciliada no Brasil, com poderes expressos, mediante procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida como verdadeira por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, para receber citação e responder administrativa e judicialmente no Brasil, bem como para representá-la em todas as fases do processo, observado o disposto no item 1.23, condições essas que deverão estar expressamente indicadas em seus documentos de habilitação jurídica.

3.9.1.A procuração deverá ser emitida na língua oficial do país de origem da Proponente, devidamente consularizada, com tradução juramentada e registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos. O modelo do Anexo 5 pode ser utilizado para fins de atendimento deste item.

## **Seção II - Da Participação em Consórcio**

3.10. Em se tratando de Consórcio, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no Edital:

3.10.1. Na formação e organização dos Consórcios, as Proponentes deverão observar o disposto no item 3.2;

3.10.2. Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à apresentação das declarações preliminares, regularidade jurídica e fiscal e econômico-financeira, no que couber, prevista no Edital;

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 3.10.3. A desclassificação de qualquer consorciado acarretará a automática desclassificação do Consórcio; e
- 3.10.4. O Operador Aeroportuário deverá deter pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) de participação no Consórcio.
- 3.11. Não há limite de número de participantes para constituição do Consórcio.
- 3.12. Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou, ainda, a alteração nos percentuais de participação dos membros consorciados a partir da data da entrega dos envelopes até a assinatura do Contrato.
- 3.13. Além de outros documentos exigidos pelo Edital, a participação da Proponente em regime de Consórcio fica condicionada à apresentação de compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, subscrito pelos consorciados, nos termos do Anexo 20 - Instruções para o Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico deste Edital, indicando expressamente cada um dos aeroportos em relação aos quais forem apresentadas propostas econômicas.
- 3.14. Para os Fundos de Investimento serão aplicáveis as seguintes regras:
- 3.14.1. as entidades administradora e gestora dos fundos serão consideradas como Proponentes para a aplicação dos limites de participação previstos no presente Edital;
- 3.14.2. os quotistas que tiverem participação igual ou superior a 20% no Fundo de Investimento serão consideradas como Proponentes para a aplicação dos limites de participação previstos no presente Edital.

**Seção III - Das Limitações à Participação**

- 3.15. Não poderão participar deste Leilão pessoas jurídicas, isoladamente ou em Consórcio, que:
- 3.15.1. tenham sido declaradas inidôneas por Ato do Poder Público;
- 3.15.2. estejam impedidas ou suspensas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 3.15.3. tenham sido condenadas, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei nº 9.605, de 12.02.1998;

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 3.15.4. tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam ou tenham sido ocupantes de cargo comissionado ou efetivo ou emprego na ANAC, no Ministério da Defesa, na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, na Infraero ou ocupantes de cargo de direção, assessoramento superior ou assistência intermediária da União, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação do Edital;
- 3.15.5. Sejam acionistas das concessionárias de serviço público de infraestrutura aeroportuária de aeroportos brasileiros, suas controladoras, controladas e coligadas.
- 3.16. As pessoas físicas ou jurídicas da iniciativa privada que tenham sido autorizadas pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República a desenvolver os estudos técnicos preparatórios às Concessões objeto do presente certame não poderão participar, direta ou indiretamente, deste Leilão, nos termos da Portaria nº 09, de 29 de janeiro de 2013, e da Portaria nº 31, de 27 de fevereiro de 2013, ambas da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.
- 3.17. As Empresas Aéreas, suas Controladoras, Controladas e Coligadas não poderão participar deste Leilão isoladamente, bem como as Controladas e Coligadas das Controladoras e das Controladas das Empresas Aéreas.
- 3.18. É admitida a participação de Empresas Aéreas, suas Controladoras, Controladas e Coligadas, bem como as Controladas e Coligadas das Controladoras e das Controladas das Empresas Aéreas como membro de Consórcio, observadas as disposições da presente cláusula.
- 3.18.1. Uma ou mais Empresas Aéreas não poderão participar com mais de 4% (quatro por cento) no Consórcio, considerada a soma de suas participações.
- 3.18.2. Para fins do disposto no item 3.18.1 acima, serão consideradas cumulativamente:
- 3.18.2.1. A participação direta da Empresa Aérea no Consórcio;
- 3.18.2.2. A participação indireta da Empresa Aérea no Consórcio, por meio de Controladas;
- 3.18.2.3. A participação direta de Controladoras da Empresa Aérea no Consórcio;
- 3.18.2.4. A participação direta ou indireta de entidades sob o controle comum ao da Empresa Aérea;
- 3.19. Caso o Operador Aeroportuário, que atenda os requisitos de Habilitação Técnica previstos na Subseção IV da Seção V do Capítulo IV deste Edital, se enquadre em uma das

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013****CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS  
RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

situações previstas nos subitens 3.18.2.2, 3.18.2.3 e 3.18.2.4, sua participação no Consórcio não será considerada para verificação do limite de que trata o item 3.18.1, sendo aplicáveis as regras específicas do Contrato de Concessão.

- 3.20. Em qualquer hipótese, com exceção das situações previstas no item anterior, a participação das entidades indicadas no item 3.18 estará sujeita à vedação à previsão, por qualquer forma, inclusive acordo de acionistas, de participação na administração do Acionista Privado e da Concessionária, ficando impossibilitada de eleger membros do Conselho de Administração ou da Diretoria.

**CAPÍTULO IV - DA DOCUMENTAÇÃO**

- 4.1. Com exceção das garantias na modalidade de fiança bancária e seguro-garantia que obrigatoriamente devem estar em sua forma original na primeira via, todos os demais documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou cópia autenticada e rubricados pelos respectivos Representantes Credenciados.
- 4.2. Todos os documentos apresentados pelas Proponentes ficarão sob a custódia da [Entidade Encarregada pelo Leilão] até o decurso do prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do Contrato.
- 4.3. A partir do prazo previsto no item anterior, os documentos das Proponentes não vencedoras serão encaminhados à ANAC e poderão ser retirados pelas referidas Proponentes após a conclusão de todas as etapas de fiscalização exercidas pelo Tribunal de Contas da União, na forma da Seção I da Instrução Normativa nº 27, de 02 de dezembro de 1998.
- 4.3.1.A Garantia de Proposta será devolvida às Proponentes em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato.
- 4.3.2. Decorridos 30 (trinta) dias da conclusão da fiscalização referida no item 4.3, a ANAC inutilizará os documentos não retirados.

**Seção I - Das Declarações Preliminares**

- 4.4. As Proponentes deverão apresentar declarações preliminares, conforme os modelos constantes dos Anexos ao Edital, no sentido de:

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 4.4.1. estarem cientes de todas as exigências previstas no Edital e seus Anexos, conforme modelo constante do Anexo 14 - Modelo de Declaração de Ciência dos Termos do Edital e Ausência de Impedimento de Participação no Leilão;
- 4.4.2. não incidirem nas hipóteses de limitação à participação ao certame, previstas no Capítulo III, Seção III, deste Edital, conforme modelo constante do Anexo 14 - Modelo de Declaração de Ciência dos Termos do Edital e Ausência de Impedimento de Participação no Leilão;
- 4.4.3. não se encontrarem em processo de falência, autotalência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou sob intervenção do órgão fiscalizador competente, conforme modelo constante do Anexo 15 - Modelo de Carta de Declaração de Inexistência de Processo Falimentar, Recuperação Judicial, Extrajudicial ou Regime de Insolvência; e
- 4.4.4. cumprirem ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que inclui entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do Anexo 18 - Modelo de Declaração de Regularidade ao Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

## **Seção II - Dos Representantes**

### **Subseção I - Do Representante Credenciado**

- 4.5. Cada Proponente ou cada Consórcio poderá ter até 2 (dois) Representantes Credenciados.
- 4.6. A comprovação dos poderes de representação dos Representantes Credenciados se dará:
- 4.6.1. No caso de Proponentes que sejam empresas brasileiras, mediante instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da Proponente, todos os atos referentes ao Leilão (incluindo os poderes de receber citação, representar a Proponente administrativa e judicialmente, fazer acordos e renunciar a direitos), exceto aqueles referidos no item 4.10, nos moldes do modelo constante do Anexo 3 - Modelo de Procuração, com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou civil competente);

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

4.6.2. No caso de Proponentes em Consórcio, o instrumento de procuração mencionado no item anterior deverá ser outorgado pela Empresa Líder, com firma reconhecida, seguindo o modelo constante no Anexo 3 – Modelo de Procuração, e será acompanhado de:

- 4.6.2.1. indicação da Empresa Líder como responsável pelos atos praticados pelo Consórcio perante a ANAC;
- 4.6.2.2. procurações outorgadas pelos consorciados à Empresa Líder, nos moldes do Anexo 4 - Modelo de Procuração (Proponentes em Consórcio), conferindo-lhe poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer papéis, documentos e instrumentos de contratação relacionados com o objeto do Leilão;
- 4.6.2.3. documentos que comprovem os poderes de todos os outorgantes (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou civil competente); e
- 4.6.2.4. compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, subscrito pelos consorciados, nos moldes do Anexo 20 – Instruções para o Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico.

4.6.3. No caso de empresa estrangeira isoladamente, mediante apresentação de:

- 4.6.3.1. instrumento de procuração outorgado a representante residente e domiciliado no Brasil, nos moldes do modelo do Anexo 5 - Modelo de Procuração (Proponentes estrangeiras), que comprove poderes para:
  - i. praticar, em nome da Proponente, todos os atos referentes ao Leilão, exceto aqueles referidos no item 4.10 do Edital;
  - ii. receber citação e representar a Proponente administrativa e judicialmente; e
  - iii. fazer acordos e renunciar a direitos;
- 4.6.3.2. documentos que comprovem os poderes dos outorgantes, com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, reconhecidos pela representação consular brasileira, devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado e registrados em Cartório de Títulos e Documentos (conforme última alteração arquivada no registro empresarial, civil competente ou exigência equivalente do país de origem).

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 4.7. Os Representantes Credenciados deverão assinar e reconhecer firma de todas as declarações e documentos referidos neste Edital, inclusive o contrato de intermediação entre a Corretora Credenciada e a Proponente.
- 4.8. Não será admitido aos Representantes Credenciados intervir nem praticar atos durante a Sessão Pública do Leilão, tendo em vista que tal representação será exercida exclusivamente pelas Corretoras Credenciadas.
- 4.9. Cada Representante Credenciado somente poderá exercer a representação de uma única Proponente.

**Subseção II - Das Corretoras Credenciadas**

- 4.10. As Corretoras Credenciadas deverão representar as Proponentes junto à [Entidade Encarregada pelo Leilão], na entrega de todos os documentos requeridos neste Edital, especialmente a Garantia de Proposta, a proposta econômica e os documentos de habilitação, e nos atos da Sessão Pública do Leilão.
- 4.11. O contrato de intermediação entre a Corretora Credenciada e a Proponente terá o conteúdo mínimo especificado no Anexo 1 - Manual de Procedimentos do Leilão.
- 4.12. Cada Corretora Credenciada somente poderá exercer a representação de uma única Proponente e cada Proponente somente poderá estar representada e participar do Leilão por meio de uma única Corretora Credenciada.

**Seção III - Da Garantia de Proposta**

- 4.13. A Garantia da Proposta deverá ser aportada, para cada um dos Aeroportos objeto da Concessão que a Proponente pretenda apresentar proposta, da seguinte forma:
- 4.13.1. Aeroporto do Galeão: valor mínimo de R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais);
- 4.13.2. Aeroporto de Confins: valor mínimo de R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais).



**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

4.14. A Garantia de Proposta poderá ser prestada em dinheiro, títulos da dívida pública federal, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme instruções do Anexo 1 - Manual de Procedimentos do Leilão, observando-se as seguintes condições:

4.14.1. as Garantias das Propostas apresentadas nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária deverão atender às informações mínimas indicadas nos modelos constantes dos Anexos 7 – Termos e Condições Mínimas do Seguro-Garantia e 8 – Modelo de Fiança Bancária e deverão ter seu valor expresso em reais, além de conter assinatura dos administradores da sociedade emitente, com comprovação dos respectivos poderes para representação;

4.14.2. na hipótese de a Garantia da Proposta ser prestada em títulos da dívida pública, aceitar-se-á apenas Letras do Tesouro Nacional - LTN, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - série C - NTN-C ou Notas do Tesouro Nacional - série F - NTN-F;

4.14.3. em caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em agência da Caixa Econômica Federal definida pela própria Proponente, com base no art. 82 do Decreto nº. 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e no Decreto-lei nº. 1.737, de 20 de dezembro de 1979, devendo ser encaminhadas à [Entidade Encarregada pelo Leilão] a via do beneficiário;

4.14.4. se a Proponente participar isoladamente, a Garantia da Proposta deverá ser apresentada em nome próprio;

4.14.5. se a Proponente for Consórcio, a Garantia da Proposta deverá ser apresentada em nome de um ou mais consorciados e deverá indicar, expressamente, o nome do Consórcio e de todas as consorciadas com suas respectivas participações percentuais, independentemente da Garantia da Proposta ter sido prestada por um ou mais consorciados. Nesse caso, é ainda admissível o aporte do montante total devido, segregado entre as consorciadas, as quais poderão optar por uma das modalidades de garantia, sem prejuízo da escolha, pelas demais consorciadas, por modalidade diversa; e

4.14.6. deverá ser apresentado o Formulário - Compromisso de Pagamento de Emolumentos - conforme modelo constante do Anexo 1 - Manual de Procedimentos do Leilão, devidamente assinado pela Corretora Credenciada, com firma reconhecida.

4.15. No caso de a Garantia da Proposta ser fornecida por meio de títulos da dívida pública, conforme o item 4.14.2, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural,

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

- 4.16. A Garantia da Proposta deverá ter a ANAC como beneficiária e a Proponente como tomadora, devendo possuir prazo mínimo de 1 (um) ano, a contar da data da Sessão Pública do Leilão, devendo ter prorrogado o seu prazo de validade pelo menos 15 (quinze) dias antes de seu vencimento, às expensas das próprias Proponentes, caso expire antes do prazo previsto no item 4.21, sob pena de desclassificação no presente certame.
- 4.17. No caso de renovação, a Garantia de Proposta será reajustada pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo período compreendido entre a data de realização da Sessão Pública do Leilão e o mês imediatamente anterior à renovação da Garantia de Proposta.
- 4.18. As Garantias de Proposta poderão ser executadas pela ANAC, mediante prévia notificação, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e na legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:
- 4.18.1. inadimplemento total ou parcial, por parte das Proponentes, das obrigações por elas assumidas em virtude de sua participação no Leilão;
  - 4.18.2. apresentação, pela Proponente vencedora, dos documentos de habilitação em desconformidade com o estabelecido pelo Edital;
  - 4.18.3. apresentação, pela Proponente vencedora, de proposta econômica que não atenda à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no Edital;
  - 4.18.4. não cumprimento, pela Adjudicatária, das obrigações prévias à celebração do Contrato;
  - 4.18.5. recusa da Adjudicatária em celebrar o Contrato;
  - 4.18.6. se a Proponente praticar atos visando frustrar os objetivos do certame;
  - 4.18.7. cobertura de multas, penalidades e indenizações eventualmente devidas pelas Proponentes à ANAC, em virtude de sua participação no Leilão, da data da apresentação da Garantia de Proposta até o prazo previsto no item 4.21, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades e da responsabilização residual pelo valor que extrapolar a Garantia de Proposta; e

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 4.18.8. a Proponente retirar sua proposta dentro do prazo de validade.
- 4.19. É vedada qualquer modificação nos termos e condições da Garantia de Proposta após a sua apresentação à ANAC.
- 4.20. A Garantia de Proposta não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo tomador da garantia relativamente à participação no Leilão.
- 4.21. A Garantia de Proposta será devolvida às Proponentes em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato.

**Seção IV - Da Proposta Econômica**

- 4.22. A proposta econômica, ofertada para o respectivo Aeroporto objeto da Concessão, versará sobre o Valor de Contribuição Fixa a ser paga ao Poder Concedente.
- 4.22.1. A Proponente deverá apresentar proposta econômica específica para cada Aeroporto a que pretenda concorrer.
- 4.23. A Proponente deverá indicar, na sua proposta econômica, o Valor da Contribuição Fixa a ser paga ao Poder Concedente com, no máximo, 2 (duas) casas decimais, a ser reajustado nos termos do Anexo 25 - Minuta do Contrato de Concessão, observado os seguintes valores mínimos:
- 4.23.1. Aeroporto do Galeão: mínimo R\$ 4.645.554.000,00 (quatro bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões e quinhentos e cinquenta e quatro mil reais);
- 4.23.2. Aeroporto de Confins: mínimo R\$ 1.561.990.000,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta e um milhões e novecentos e noventa mil reais).
- 4.24. O Valor da Contribuição Fixa será pago em parcelas anuais, que correspondem à divisão do Valor da Contribuição Fixa pelo prazo de vigência do Contrato de cada aeroporto, disposto no item 6.12, reajustadas conforme o disposto no Contrato.
- 4.25. O pagamento da primeira parcela se dará ao término do 12º mês, contado da Data de Eficácia do Contrato, sendo as demais parcelas pagas a cada 12 (doze) meses, conforme definido no Contrato, até o advento de seu prazo final, não abrangendo eventual prorrogação do Contrato.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 4.26. A proposta econômica apresentada deverá ter validade de 1 (um) ano, contado da data de sua apresentação, podendo este prazo ser prorrogável uma única vez por igual período, mediante solicitação da ANAC.
- 4.27. As propostas econômicas, assim como os lances efetuados na etapa viva-voz do Leilão, deverão ser incondicionais, irretroatáveis e irrevogáveis.
- 4.28. A Proponente deverá apresentar, em sua proposta econômica, declaração de instituição financeira, nacional ou estrangeira, com a devida comprovação dos poderes do seu signatário, na forma do modelo do Anexo 11 – Modelo de Carta Subscrita por Instituição Financeira declarando a viabilidade da proposta econômica, emitida no papel timbrado da referida instituição, declarando, sob pena de responsabilidade, que:
- 4.28.1. examinou, por meio de sua equipe técnica especializada, o Edital, o plano de negócio da Proponente e sua proposta econômica;
- 4.28.2. considera que a proposta econômica e seu plano de negócio têm viabilidade econômica e exequibilidade; e
- 4.28.3. considera viável a concessão de financiamentos necessários ao cumprimento das obrigações da futura Concessionária, nos montantes e nas condições apresentadas pela Proponente.
- 4.29. Somente serão aceitas as declarações emitidas por instituições financeiras devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que não esteja participando da presente licitação e que tenha patrimônio líquido no exercício de 2012 superior a R\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), conforme comprovado por meio das últimas demonstrações financeiras disponíveis, devidamente publicadas.
- 4.29.1. A declaração da instituição financeira deverá tomar como referência para sua análise todos os Anexos técnicos ao Edital e ao Contrato.
- 4.29.2. A instituição financeira não poderá ser Proponente, nem poderá ser controladora, controlada, coligada ou entidade sob controle comum de Proponente, tampouco poderá se encontrar submetida à liquidação, intervenção ou Regime Especial de Administração Temporária – RAET ou regime equivalente e deverá apresentar, ainda, termo de confidencialidade, na forma do modelo do Anexo 12 – Modelo Termo de

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

Confidencialidade entre a Proponente e a instituição financeira/auditoria independente.

4.30. A Proponente deverá apresentar, ainda, em sua proposta econômica, declaração de auditoria independente, nacional ou estrangeira, com a devida comprovação dos poderes do seu signatário, na forma do modelo do Anexo 23 – Modelo de Carta Subscrita por Auditoria Independente, declarando, sob pena de responsabilidade, que examinou, por meio de sua equipe técnica especializada, o Edital e o plano de negócio da Proponente, atestando sua adequabilidade sob os aspectos contábil e tributário.

4.30.1. A declaração da auditoria independente deverá tomar como referência para sua análise todos os Anexos técnicos ao Edital e ao Contrato.

4.30.2. A auditoria independente não poderá ser Proponente, nem poderá ser controladora, controlada, coligada ou entidade sob controle comum de Proponente, tampouco poderá se encontrar submetida à liquidação, intervenção ou Regime Especial de Administração Temporária – RAET ou regime equivalente e deverá apresentar, ainda, termo de confidencialidade, na forma do modelo do Anexo 12 – Modelo Termo de Confidencialidade entre a Proponente e a instituição financeira/auditoria independente.

4.31. Não poderá ser incluído na proposta econômica da Proponente o plano de negócio apresentado à instituição financeira, sob pena de desclassificação da Proponente e aplicação de multa equivalente ao valor da Garantia de Proposta, com sua consequente execução.

#### **Seção V - Da Habilitação**

4.32. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme modelo constante do Anexo 13 - Modelo de Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação.

4.33. As Proponentes estrangeiras deverão apresentar, tanto para a participação isolada como em Consórcio, os documentos equivalentes aos exigidos nesse Edital, conforme as instruções constantes nos itens 1.3.5, 1.3.6, 1.3.7, 1.3.8 e 1.3.9.

#### **Subseção I - Da Habilitação Jurídica**

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 4.34. A Proponente deverá apresentar os documentos a seguir listados, inclusive no tocante aos membros de Consórcio, quando houver:
- 4.34.1. Estatuto ou Contrato Social, acompanhado de prova dos administradores em exercício, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro competentes;
  - 4.34.2. Certidão expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro competente, com as informações atualizadas sobre o registro da empresa.
- 4.35. Quando a Proponente for uma entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, adicionalmente, um comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente.
- 4.36. Quando a Proponente for um fundo de investimento, deverá apresentar, adicionalmente, os seguintes documentos:
- 4.36.1. Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários;
  - 4.36.2. Regulamento do fundo de investimento consolidado;
  - 4.36.3. Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente;
  - 4.36.4. Comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários; e
  - 4.36.5. Comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado a participar do certame.
- 4.37. No caso de pessoas jurídicas estrangeiras em funcionamento no Brasil, será exigido, adicionalmente, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 4.38. As pessoas jurídicas estrangeiras, que participarem isoladamente ou reunidas em Consórcio, que não funcionem no Brasil, deverão apresentar a documentação prevista nesta Subseção, em conformidade com a legislação de seu país de origem, devendo apresentar, adicionalmente, declaração expressa de que se submete à legislação brasileira e

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

que renuncia a qualquer reclamação por via diplomática, conforme previsto no Anexo 16 - Modelo de Declaração Formal de Expressa Submissão à Legislação Brasileira e de Renúncia de Reclamação por via Diplomática.

**Subseção II - Da Habilitação Econômico-financeira**

4.39. A Proponente deverá apresentar os documentos a seguir listados, inclusive no tocante aos membros de Consórcio, quando houver:

4.39.1. para qualquer tipo de sociedade empresária: Certidão Negativa de Pedido de Falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca (Varas Cíveis) da cidade onde a empresa for sediada, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da Sessão Pública do Leilão;

4.39.2. para sociedades simples: Certidão expedida pelo Distribuidor Judicial das Varas Cíveis em geral (Execução Patrimonial) da Comarca onde a empresa está sediada, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da Sessão Pública do Leilão;

4.40. Quando a Proponente for uma entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, adicionalmente, declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) do Ministério da Fazenda ou Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) do Ministério da Previdência Social.

4.41. Quando a Proponente for um fundo de investimento, deverá apresentar, adicionalmente, Certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sede das mesmas, com data de até 90 (noventa) dias corridos anteriores ao último dia do período para recebimento das propostas.

4.42. A Proponente e, no caso de Consórcio, cada consorciado individual e proporcionalmente à sua participação no Consórcio, deverá declarar que dispõe de recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios necessários à consecução do objeto desta Concessão, nos termos do Anexo 17 - Modelo de Declaração de Capacidade Financeira.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

**Subseção III - Da Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- 4.43. A Proponente deverá apresentar os documentos a seguir listados, inclusive no tocante aos membros de Consórcio, quando houver:
- 4.43.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;
  - 4.43.2. certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que esteja dentro do prazo de validade nele atestado;
  - 4.43.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação das seguintes certidões:
    - i. Conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente aos tributos administrados pela RFB e à Dívida Ativa da União administrada pela PGFN; e
    - ii. Específica, emitida pela RFB, relativamente às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas, até 14 de agosto de 2005, em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
  - 4.43.4. prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal, esta referente aos tributos mobiliários, todas do respectivo domicílio e com prazo de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da Sessão Pública do Leilão, prevalecendo o prazo de validade nelas atestados.
- 4.44. Caso alguma certidão apresentada seja positiva, e nela não esteja consignada a situação atualizada do processo, deverá estar acompanhada de prova de quitação e/ou de certidões que tragam a situação atualizada da ação ou dos procedimentos administrativos adotados para a regularização fiscal, com prazo de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da Sessão Pública do Leilão.
- 4.45. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas conforme disposto na Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

**Subseção IV - Da Habilitação Técnica**



**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

4.46. É requisito de qualificação técnica para apresentação de propostas para quaisquer dos aeroportos que o Operador Aeroportuário possua experiência mínima de 5 (cinco) anos na operação de um mesmo aeroporto que tenha processado, no mínimo, 35 (trinta e cinco) milhões de passageiros em pelo menos 1 (um) ano civil, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao da publicação deste Edital, considerado o somatório de passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito.

4.46.1. Não será exigido prazo mínimo de relação societária entre o controlador direto ou subsidiária integral da pessoa jurídica operadora ou de seu controlador direto e a pessoa jurídica que opera diretamente o aeroporto, devendo esta última atender ao prazo mínimo de experiência previsto no item 4.46.

4.47. A comprovação do atendimento aos requisitos de qualificação técnica pelo Operador Aeroportuário obedecerá ao seguinte:

4.47.1. Para fins de comprovação da movimentação mínima de passageiros prevista no item 4.46, a Comissão de Licitação considerará os dados divulgados pela “*Aiports Council International – ACI*” em relação ao respectivo aeroporto;

4.47.1.1. A proponente poderá comprovar a movimentação mínima de passageiros, ainda, por meio de atestado emitido pela entidade pública competente.

4.47.2. Para fins de comprovação dos demais requisitos constantes do item 4.46, o Operador Aeroportuário deverá apresentar atestado emitido pela entidade pública competente no qual conste, expressamente:

4.47.2.1. o nome da pessoa jurídica que opera diretamente o aeroporto; e

4.47.2.2. a data de início da operação do aeroporto por essa mesma pessoa jurídica.

4.47.3. Caso o Operador Aeroportuário Proponente ou integrante de Consórcio Proponente não seja a pessoa jurídica que opera diretamente o respectivo aeroporto, deverá apresentar a declaração constante do Anexo 19, assinada pela pessoa jurídica que opera diretamente. Deverá, ainda, juntar os documentos comprobatórios de sua relação societária com a pessoa jurídica que opera diretamente o aeroporto que o qualifiquem como operador aeroportuário, nos termos da definição constante do item 1.1.34.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

4.48. Em se tratando de Consórcio, pelo menos uma das consorciadas deverá atender integral e isoladamente às exigências dos itens 4.46 e 4.47 e ter a participação mínima prevista no item 3.10.4.

4.48.1. Caso até 2 (dois) membros do mesmo Consórcio possuam, individualmente, a qualificação técnica do item 4.46, a participação mínima prevista no item 3.10.4 poderá ser atendida pelo somatório das participações destes 2 (dois) membros.

**CAPÍTULO V - DAS ETAPAS DO LEILÃO**

**Seção I - Da Apresentação dos Documentos**

5.1. As Proponentes deverão apresentar, no dia **xxxx de xxxx de 2013**, de 9h às 16h, na [Entidade Encarregada pelo Leilão], situada **[endereço]**, por representante das Corretoras Credenciadas, 3 (três) volumes lacrados, em 3 (três) vias cada, observado o disposto no item 5.7 para as hipóteses de apresentação de proposta para mais de um aeroporto, contendo:

5.1.1.1º **Volume** - Declarações Preliminares, Documentos de Representação e Garantia de Proposta;

5.1.2.2º **Volume** - Proposta econômica, devidamente assinada, conforme modelo previsto no Anexo 9 - Modelo de Apresentação de Proposta Econômica; e

5.1.3.3º **Volume**- Documentos de Habilitação.

5.2. Os 3 (três) volumes deverão ser apresentados lacrados, distintos e identificados em sua capa, da seguinte forma:

LEILÃO Nº xxx/2013 - CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS  <b>AEROPORTO INTERNACIONAL DE _____</b>
--

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DO CONSÓRCIO

CORRETORA CREDENCIADA

NOME, TELEFONE E E-MAIL DOS REPRESENTANTES

**VOLUME 1 - DECLARAÇÕES PRELIMINARES, DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO E  
GARANTIA DE PROPOSTA**

LEILÃO Nº xxx/2013 - CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO,  
MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS

**AEROPORTO INTERNACIONAL DE \_\_\_\_\_**

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DO CONSÓRCIO

CORRETORA CREDENCIADA

NOME, TELEFONE E E-MAIL DOS REPRESENTANTES

**VOLUME 2 – PROPOSTA ECONÔMICA**

LEILÃO Nº xxx/2013 - CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO,  
MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS

**AEROPORTO INTERNACIONAL DE \_\_\_\_\_**

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DO CONSÓRCIO

CORRETORA CREDENCIADA

NOME, TELEFONE E E-MAIL DOS REPRESENTANTES

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

**VOLUME 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

***\*Observação: A Proponente deverá, em cada uma das capas dos três volumes acima mencionados, inserir GALEÃO ou CONFINS, conforme sua pretensão.***

- 5.3. As vias de cada um dos volumes deverão conter, além da identificação citada no item 5.2, os subtítulos "1ª via", "2ª via" e "3ª via", respectivamente, bem como ser apresentadas encadernadas separadamente, com todas as páginas numeradas sequencialmente, inclusive as páginas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última página, de forma que a numeração da última página do último caderno reflita a quantidade de páginas de cada volume, não sendo permitidas emendas, rasuras ou ressalvas.
- 5.4. Cada um dos volumes também deverá ser apresentado em meio eletrônico, em formato conhecido, sem restrições de acesso ou proteção de conteúdo, com teor idêntico ao das 3 (três) vias apresentadas em meio físico.
- 5.5. Caso exista divergência entre as informações apresentadas em meio físico e eletrônico, prevalecerão as informações prestadas em meio físico, conforme item 1.31.
- 5.6. Um dos Representantes Credenciados deverá rubricar sobre o lacre de cada um dos envelopes indicados no item 5.1, inserindo ao lado da rubrica, de próprio punho, a sua data e hora.
- 5.7. Caso a Proponente apresente proposta econômica para mais de um Aeroporto, ela poderá entregar um único volume 1 (Declarações Preliminares, Documentos de Representação e Garantia de Proposta) e um único volume 3 (Documentos de Habilitação), devendo apresentar um volume 2 (Proposta Econômica) para cada Aeroporto de seu interesse no Leilão.

**Seção II - Da Análise das Declarações Preliminares, Documentos de Representação e Garantia de Proposta**

- 5.8. A participação da Proponente na Sessão Pública do Leilão estará condicionada à apresentação prévia, em conformidade com os requisitos constantes do Edital, dos seguintes documentos:
- 5.8.1. Declarações Preliminares, referidas na Seção I do Capítulo IV do Edital;
- 5.8.2. Documentos de Representação, referidos na Seção II do Capítulo IV do Edital; e

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

5.8.3. Garantia de Proposta, nas condições estabelecidas neste Edital e no Anexo 1 - Manual de Procedimentos do Leilão.

5.9. A [Entidade Encarregada pelo Leilão] analisará a regularidade das declarações preliminares, dos documentos de representação e das garantias apresentadas, comunicando à Comissão de Licitação o resultado da análise.

**Seção III - Da Sessão Pública do Leilão**

5.10. A Licitação dos dois Aeroportos regida por este Edital ocorrerá na mesma Sessão Pública de Leilão, que compreenderá a abertura das propostas, a classificação das Proponentes referentes a cada Aeroporto e, se for o caso, o Leilão em viva-voz, que ocorrerá de forma simultânea para todos os Aeroportos.

5.11. As Proponentes Classificadas serão aquelas cuja proposta econômica atenda à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e ainda esteja submetida a condições e termos previstos neste Edital.

5.12. Abertas as propostas econômicas, estas serão ordenadas por meio do critério de maior Valor de Contribuição Fixa.

5.13. No caso dos Aeroportos que receberem proposta de apenas uma Proponente Classificada, esta será considerada vencedora do Aeroporto e, portanto, eventuais propostas da mesma Proponente no outro Aeroporto deixam de ser consideradas.

5.13.1. Caso mais de um Aeroporto receber proposta da mesma Proponente e esta seja a única Proponente Classificada a apresentar proposta para estes Aeroportos, esta será considerada vencedora apenas daquele Aeroporto cuja proposta corresponda ao maior Valor de Contribuição Fixa, em termos absolutos.

5.13.2. Se o item 5.13.1 não for suficiente para determinar o Aeroporto no qual a única Proponente Classificada será vencedora, esta deverá se manifestar indicando o Aeroporto de sua preferência. Caso não o faça, caberá ao leiloeiro determinar por meio de sorteio.

5.14. Será configurado um resultado provisório do Leilão após a abertura dos envelopes com as propostas econômicas e durante a etapa viva-voz do Leilão, após cada lance ofertado. O resultado provisório determinará:

5.14.1. a Proponente Titular de cada Aeroporto;

5.14.2. as ofertas ativas;

5.14.3. as ofertas inativas; e

5.14.4. o resultado final do Leilão em caso de não haver mais propostas.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 5.15. A Proponente Titular do Aeroporto é aquela Proponente Classificada que apresentou a maior oferta para o Aeroporto até aquele momento do Leilão, respeitando os seguintes termos:
- 5.15.1. A Proponente apenas poderá ser titular de um único Aeroporto.
- 5.15.2. Em caso de uma mesma Proponente apresentar a maior oferta ativa para mais de um Aeroporto, será considerada titular daquele que resultar em maior Valor Global de Contribuição Fixa, considerados os dois (02) Aeroportos.
- 5.15.3. Na situação em que o item 5.15.2 não seja suficiente para determinar a titularidade da Proponente, esta deverá se manifestar selecionando a titularidade de sua preferência. Caso não o faça, caberá ao leiloeiro determinar a titularidade por meio de sorteio.
- 5.15.4. Excetuando a oferta que determinou a titularidade de uma Proponente em um Aeroporto, todas as demais ofertas desta Proponente Titular se tornarão inativas enquanto esta permanecer com a titularidade do mesmo.
- 5.16. Ofertas inativas não serão consideradas para efeito de resultado final do Leilão. Por exclusão, todas as ofertas que não se tornaram inativas nos termos do item 5.15.4 permanecerão ativas e serão consideradas para efeito de resultado final do Leilão.
- 5.16.1. Até que o Leilão seja encerrado, nos termos do item 5.24, as ofertas podem se alternar entre ativas e inativas, nas condições indicadas nessa Seção.
- 5.17. Participarão do Leilão em viva-voz de cada Aeroporto as Proponentes Classificadas cuja oferta atenda, após determinação do resultado provisório, a pelo menos uma das seguintes condições:
- 5.17.1. Esteja entre as três (03) maiores ofertas daquele Aeroporto;
- 5.17.2. Nos casos em que quaisquer das três (03) maiores ofertas se configure inativa nos termos do item 5.15.4, participarão também as ofertas subsequentes de modo a totalizar as três (03) maiores ofertas ativas; ou
- 5.17.3. O valor da oferta seja igual ou superior a 90% do valor da maior oferta ativa daquele Aeroporto.
- 5.18. As Proponentes apenas poderão apresentar lances na etapa viva-voz para aqueles Aeroportos cujas ofertas satisfizeram os termos do item 5.17.
- 5.19. Definidas as Proponentes participantes do Leilão em viva-voz, terá início o Leilão por lances sucessivos efetuados em viva-voz.
- 5.20. As Proponentes poderão apresentar ofertas para mais de um Aeroporto, respeitando os termos do item 5.18.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 5.21. O leiloeiro poderá fixar um tempo máximo entre lances.
- 5.22. Cada lance deverá superar o valor da oferta da própria Proponente para aquele Aeroporto, considerando que o lance:
- 5.22.1. deverá respeitar o intervalo mínimo entre lances, que será determinado pelo leiloeiro;
  - 5.22.2. deverá alterar a classificação da Proponente no resultado provisório do Leilão;
  - 5.22.3. não poderá ter valor idêntico ao lance de outra Proponente;
  - 5.22.4. não será aceito pelo leiloeiro caso dele resulte um Valor Global de Contribuição Fixa que torne indeterminado qual das proponentes é a titular, de acordo com o disposto no item 5.15.3.
- 5.23. Será considerada vencedora do Aeroporto a Proponente que for a titular deste quando finalizado o Leilão.
- 5.24. O leiloeiro declarará o encerramento do Leilão quando, terminado o prazo dado para oferta de novos lances, nenhuma Proponente se manifestar com nova proposta segundo as condições estabelecidas no item 5.22. O resultado provisório configurado após o último lance antes do término será, então, o resultado final do Leilão.
- 5.25. Só poderá ser adjudicado um único Aeroporto por Proponente.
- 5.26. Imediatamente após o término da etapa viva-voz do Leilão de cada Aeroporto, a Proponente vencedora do Aeroporto deverá ratificar a sua proposta mediante apresentação de carta conforme modelo constante no Anexo 10 – Modelo de Ratificação de Proposta Econômica, contendo o lance vencedor.

**Seção IV - Da Análise dos Demais Documentos**

- 5.27. A Comissão de Licitação abrirá para cada um dos Aeroportos os volumes dos documentos de habilitação apenas da Proponente vencedora na Sessão Pública do Leilão.
- 5.28. Será inabilitada do certame a Proponente que apresentar os documentos de habilitação em desconformidade com o exigido neste Edital e seus Anexos.
- 5.29. Eventuais falhas na entrega ou defeitos formais nos documentos poderão ser sanadas, nos termos do item 2.3.1 deste Edital, conforme procedimento e prazo a ser definido pela Comissão de Licitação. Considera-se falha ou defeito formal aquela que (i) não desnature o objeto substancial do documento apresentado, e que (ii) não impeça aferir, com a devida segurança, a informação constante do documento.
- 5.30. Caso ocorra a inabilitação de uma Proponente declarada vencedora de um Aeroporto, será declarada vencedora do Aeroporto a Proponente Classificada que tenha

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

apresentado a maior oferta ativa para o Aeroporto no resultado final do Leilão e que não esteja impedida de ser considerada vencedora, conforme as regras do Edital.

5.31. A inabilitação da Proponente que tenha sido considerada vencedora implicará:

5.31.1. a fixação de multa equivalente ao valor da Garantia de Proposta e na execução integral da sua Garantia de Proposta; e

5.31.2. a abertura dos documentos de habilitação da Proponente que tenha apresentado a segunda melhor proposta econômica para o Aeroporto, nos termos do item 5.30, e assim sucessivamente até que uma Proponente cumpra com os requisitos da habilitação, caso em que será considerada vencedora.

**Seção V - Dos Recursos Administrativos**

5.32. As Proponentes que participarem do Leilão poderão recorrer da análise e julgamento dos documentos contidos no Volume I, do resultado final da Sessão Pública do Leilão e habilitação da Proponente vencedora.

5.33. O momento para a interposição de recurso será após a decisão que declara todos os vencedores do Leilão, quando as Proponentes que participaram do Leilão poderão recorrer de todas as decisões proferidas até então pela Comissão de Licitação.

5.34. Os recursos a que se refere este item deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação da decisão no Diário Oficial da União – DOU ou da ciência da decisão pelas Proponentes, valendo o que ocorrer primeiro.

5.35. O recurso somente será admitido quando subscrito pelo Representante Credenciado e deverá ser protocolado na sede da ANAC, identificado como segue:

<b>RECURSO ADMINISTRATIVO</b>
RELATIVO AO LEILÃO Nº xxx/2013 - CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS
At. Sr. Presidente da Comissão de Licitação

5.36. A interposição de recurso será comunicada às demais Proponentes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, observado o disposto nos itens 5.34 e 5.35.



**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 5.37. A critério da ANAC e observada a legislação aplicável, qualquer medida judicial ou administrativa que suspenda a licitação relativamente a um Aeroporto não impedirá a continuidade do Leilão para o outro Aeroporto.
- 5.38. O resultado do julgamento de recurso eventualmente interposto será publicado no Diário Oficial da União e no sítio [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br).

**Seção VI - Da Homologação do Leilão e da Adjudicação do Objeto**

- 5.39. Constatado o atendimento das condições de habilitação e classificação pela Proponente declarada vencedora, a Comissão de Licitação encaminhará todo o processo licitatório à Diretoria da ANAC para a sua homologação e adjudicação.

**Seção VII - Do Cronograma dos Eventos**

- 5.40. O desenvolvimento das etapas do Leilão observará a ordem de eventos e cronograma indicados na tabela a seguir:

5.40.1. Eventuais modificações de datas serão divulgadas no sítio [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br).

Eventos	Descrição dos Eventos	Até a Data
1	Publicação do Edital	(preencher)
2	Publicação do Manual de Procedimentos	(preencher)
3	Prazo para solicitação de esclarecimentos ao Edital	(preencher) De xxxx Até xxxxxx
4	Divulgação da ata com os esclarecimentos ao Edital	(preencher)
5	Sessão pública presencial destinada a sanar dúvidas	(preencher)

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

<b>Eventos</b>	<b>Descrição dos Eventos</b>	<b>Até a Data</b>
	relativas aos procedimentos do Leilão	
6	Termo final do prazo para impugnação ao Edital	(preencher)
7	Divulgação do resultado do julgamento da impugnação ao Edital	(preencher)
8	Recebimento, pela [Entidade Encarregada pelo Leilão], conforme item 5.1, de todas as vias dos volumes relativos: (i) às Declarações Preliminares, Documentos de Representação e Garantia de Proposta; (ii) Proposta Econômica e Carta de Apresentação da Proposta Econômica; e (iii) Documentos de Habilitação, correspondentes ao respectivo Aeroporto Internacional objeto da Concessão	(preencher data) entre 9h e 16h
9	Divulgação, no sítio eletrônico <a href="http://www.anac.gov.br">www.anac.gov.br</a> , da decisão da Comissão de Licitação, para cada um dos Aeroportos objeto da Concessão, sobre os documentos contidos no Volume I, Declarações Preliminares, Documentos de Representação e Garantia de Proposta não aceitas e sua motivação.	(preencher)
10	Sessão Pública do Leilão a ser realizada na [Entidade Encarregada pelo Leilão].	(preencher)

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

<b>Eventos</b>	<b>Descrição dos Eventos</b>	<b>Até a Data</b>
	Abertura das Propostas Econômicas (referentes a cada um dos Aeroportos Internacionais objeto da Concessão) das Proponentes cujas Garantias da Proposta tiverem sido aceitas e realização do Leilão em Viva-Voz, se cabível.	
11	Divulgação no sítio eletrônico <a href="http://www.anac.gov.br">www.anac.gov.br</a> da ordem de classificação das propostas econômicas de cada um dos Aeroportos.	(preencher)
12	Abertura dos documentos de habilitação apenas das Proponentes classificadas em primeiro lugar.	(preencher)
13	Publicação da ata de julgamento relativa à análise dos documentos de habilitação da Proponente classificada em primeiro lugar.	(preencher)
14	Prazo para vista de documentos referentes ao julgamento da proposta econômica e documentos de habilitação apenas da Proponente classificada em primeiro lugar.	(preencher) até (preencher)
15	Prazo para interposição de recursos referentes ao julgamento da proposta econômica e documentos de habilitação apenas da	(preencher)até (preencher)

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

<b>Eventos</b>	<b>Descrição dos Eventos</b>	<b>Até a Data</b>
	Proponente classificada em primeiro lugar.	
16	Publicação do julgamento dos recursos.	(preencher)
17	Homologação do resultado e adjudicação do objeto pela Diretoria da ANAC.	(preencher)
18	Prazo final, conforme item 6.1, para comprovação de atendimento, pela Proponente vencedora, das obrigações previstas na Seção I do Capítulo VI deste Edital.	(preencher)
19	Convocação do Adjudicatário para celebração do Contrato de Concessão do respectivo Aeroporto.	(preencher)

**CAPÍTULO VI - DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

**Seção I - Das Obrigações Prévias à Celebração do Contrato**

6.1. As obrigações previstas na presente Subseção, no item 6.2, devem ser cumpridas pela Adjudicatária de cada Aeroporto, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação do ato de homologação, prorrogáveis, justificadamente, a critério da Diretoria da ANAC.

6.2. Caberá à Adjudicatária apresentar à ANAC os seguintes documentos:

6.2.1. Ata da assembléia geral de constituição do Acionista Privado, na forma de sociedade anônima, e o respectivo estatuto social, com a correspondente certidão da Junta Comercial e inscrição no CNPJ/MF (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda), pelo qual conste:

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 6.2.1.1. indicação de sua composição societária, com a descrição dos tipos de ações e da participação dos acionistas por tipo de ação;
  - 6.2.1.2. seus órgãos de administração;
  - 6.2.1.3. compromisso com princípios de governança corporativa na gestão do Acionista Privado;
  - 6.2.1.4. que o Acionista Privado será sediado em município onde está situado o sítio aeroportuário; e
  - 6.2.1.5. que o Acionista Privado terá finalidade exclusiva de participar da Concessionária.
- 6.2.2. Minuta de acordo de acionistas, a ser aprovado pela ANAC, firmado pelos acionistas titulares dos direitos de Controle do Acionista Privado, dispondo, pelo menos, sobre:
- 6.2.2.1. a vinculação de pelo menos 50% mais uma das ações representativas do capital votante do Acionista Privado, nos termos da lei, vedando o empréstimo, a transferência, a cessão ou a alienação por qualquer forma ou título, direta ou indireta, gratuita ou onerosa, total ou parcial, das ações vinculadas e/ou direitos de subscrição e/ou bonificação distribuída a qualquer título sem a prévia e expressa concordância da ANAC;
  - 6.2.2.2. o exercício do direito de voto ou do poder de controle na administração do Acionista Privado; e
  - 6.2.2.3. a obrigação de que os acordos de acionistas firmados e suas posteriores alterações sejam submetidos à aprovação prévia da ANAC.
- 6.2.3. Na hipótese de o controle ser exercido por apenas um único acionista que detenha 50% mais uma das ações representativas do capital votante do Acionista Privado, este deverá observar o disposto no item 6.2.2.1, sendo dispensada a apresentação de Acordo de Acionistas.
- 6.2.4. O recolhimento de emolumentos à [Entidade Encarregada pelo Leilão), no valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( valor por extenso) por Aeroporto, pela Adjudicatária ou pelo Acionista Privado.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

6.2.4.1. O valor acima especificado poderá ser alterado nos termos do contrato firmado entre a ANAC e [Entidade Encarregada pelo Leilão), divulgado conjuntamente com o presente Edital.

6.2.5.A comprovação do pagamento, pela Adjudicatária ou pelo Acionista Privado, dos seguintes valores à empresa encarregada pela realização dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, conforme autorizado pelo art. 21 da Lei nº 8.987/95, Portaria nº 09/SAC-PR, de 29 de janeiro de 2013, Portaria nº 31/SAC-PR, de 27 de fevereiro de 2013, e Portaria nº 71/SAC-PR, de 08 de maio de 2013:

- (i) Aeroporto do Galeão: valor de R\$ 9.524.272,74 (nove milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e quatro centavos);
- (ii) Aeroporto de Confins: valor de R\$ 9.612.570,72 (nove milhões, seiscentos e doze mil, quinhentos e setenta reais e setenta e dois centavos).

6.2.6.A ata da assembléia geral de constituição da Concessionária, na forma de sociedade anônima, eventuais atas posteriores e o respectivo estatuto social da Concessionária consolidado, com a correspondente certidão da Junta Comercial e inscrição no CNPJ/MF (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda), em atendimento ao Anexo 22 – Requisitos Mínimos do Estatuto Social pelo qual conste:

- 6.2.6.1. a indicação de sua composição societária, com a descrição dos tipos de ações e da participação dos acionistas por tipo de ação;
- 6.2.6.2. seus órgãos de administração;
- 6.2.6.3. compromisso com princípios de governança corporativa na gestão da Concessionária;
- 6.2.6.4. que a Concessionária será sediada em município onde está situado o sítio aeroportuário;
- 6.2.6.5. que a Concessionária terá finalidade exclusiva de explorar o objeto da Concessão;
- 6.2.6.6. o capital social mínimo da Concessionária

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

(i) Aeroporto do Galeão: capital subscrito de R\$ 732.000.000,00 (setecentos e trinta e dois milhões de reais), sendo que 51% (cinquenta e um por cento) será subscrito pelo Acionista Privado e 49% (quarenta e nove por cento) pela Infraero;

(ii) Aeroporto de Confins: capital subscrito de R\$ 404.000.000,00 (quatrocentos e quatro milhões de reais), sendo que 51% (cinquenta e um por cento) será subscrito pelo Acionista Privado e 49% (quarenta e nove por cento) pela Infraero.

6.2.6.7. Antes da assinatura do Contrato, o Acionista Privado deverá ter integralizado em moeda corrente nacional 30% (trinta por cento) do seu capital subscrito e a Infraero 10% (dez por cento) do seu capital subscrito, observadas as regras do Anexo 21 – Minuta de Acordo de Acionistas nas integralizações futuras.

6.2.6.8. O Acionista Privado deverá deliberar a criação da Concessionária, subscrever e integralizar o capital social indicado nos itens 6.2.6.6 e 6.2.6.7, no montante correspondente à sua participação, antes do ingresso da Infraero como acionista, observadas as condições do item 6.4.

6.2.7.A Garantia de Execução contratada pela Concessionária, relativa à Fase 1-B do Contrato, conforme condições previstas no Anexo da Minuta do Contrato de Concessão, observados os seguintes valores mínimos:

(i) Aeroporto do Galeão: valor de R\$ 627.000.000,00 (seiscentos e vinte e sete milhões de reais);

(ii) Aeroporto de Confins: valor de R\$ 256.000.000,00 (duzentos e cinquenta e seis milhões de reais).

6.2.7.1. A contratação da Garantia de Execução em nome da Concessionária é de responsabilidade exclusiva da Adjudicatária, não cabendo à Infraero a apresentação de qualquer contragarantia ou ônus direto sobre a contratação.

6.3. Caberá exclusivamente à Adjudicatária arcar com o pagamento dos valores indicados nos itens 6.2.4 e 6.2.5.

6.4. A Infraero somente subscreverá e integralizará a sua participação no capital social da Concessionária nos termos do item 6.2.6.7 e assinará o Acordo de Acionistas conforme o Anexo 21 – Minuta de Acordo de Acionistas quando a Adjudicatária comprovar que foi contratada a Garantia de Execução, nos termos do item 6.2.7, bem como subscrito e

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

integralizado o montante de capital social atribuído ao Acionista Privado nos termos dos itens 6.2.6.6 e 6.2.6.7.

- 6.4.1. Após a comprovação de que foi contratada a Garantia de Execução e subscrito e integralizado o capital social do Acionista Privado, a Infraero terá o prazo de 5 (cinco) dias para realizar e formalizar a subscrição e integralização do capital social da Concessionária, mediante deliberação da assembleia geral da Concessionária para aumentar o capital social para o montante indicado no item 6.2.6.6, bem como assinar o Acordo de Acionistas.
- 6.5. Em se tratando de Adjudicatária que tenha participado do certame na qualidade de Consórcio, a constituição do Acionista Privado deverá obedecer aos termos do Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico deste Edital.
- 6.6. Em se tratando de Adjudicatária que tenha participado do certame na qualidade de Proponente individual, o Acionista Privado será criado a partir de uma subsidiária integral.
- 6.7. Por conta e risco da Adjudicatária, mesmo antes da assinatura do Contrato, a ANAC poderá autorizar o acesso ao Complexo Aeroportuário bem como às informações do Aeroporto para o início da elaboração do Plano de Transferência Operacional.
- 6.8. As partes poderão recorrer à ANAC para mediar e solucionar conflitos que interfiram na boa execução das Obrigações Prévias à Celebração do Contrato.
- 6.9. A cada objeto corresponderá um Contrato de Concessão, conforme contrato padrão, anexo ao Edital, que será adaptado ao objeto específico com vistas à retirada das referências aos outros objetos.

**Seção II - Da Celebração do Contrato de Concessão**

- 6.10. Cumpridas as exigências dos itens anteriores, a Concessionária, a Infraero, o Acionista Privado e seu grupo controlador serão convocados a assinar o Contrato referente ao correspondente Aeroporto e o Termo de Aceitação Provisória e de Permissão de Uso de Ativos, conforme definido no Anexo 25 – Minuta do Contrato de Concessão.
- 6.11. A recusa do Acionista Privado, da Concessionária ou de qualquer de seus acionistas, regularmente convocados, a assinar o Contrato em até 5 (cinco) dias úteis contados da convocação, sem o cumprimento das exigências previstas neste Edital, e sem justificativa aceita pela ANAC, ocasionará:



**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

- 6.11.1. a aplicação de multa correspondente ao valor integral da Garantia de Proposta, a título de ressarcimento pelos prejuízos causados, e a imediata execução da Garantia de Proposta pela ANAC;
- 6.11.2. o impedimento de a Adjudicatária Proponente individual, ou, no caso de Consórcio, de todas as empresas membro, em participar de novas licitações e em contratar com a ANAC pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses; e
- 6.11.3. a convocação, a critério da ANAC, das Proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nos prazos e nas condições ofertados pela adjudicatária ou a revogação da presente licitação.

**Seção III - Das Disposições Gerais do Contrato de Concessão**

- 6.12. O prazo de vigência do Contrato será:
  - 6.12.1. para o Aeroporto do Galeão: 25 (vinte e cinco) anos;
  - 6.12.2. para o Aeroporto de Confins: 30 (trinta) anos.
- 6.13. Não será admitida a prorrogação do Contrato, salvo na hipótese de revisão extraordinária, por até 5 (cinco) anos, como meio de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a critério exclusivo da ANAC, nos termos e condições previstos no Anexo 25 – Minuta do Contrato de Concessão.
- 6.14. As Tarifas e o Valor da Contribuição Fixa serão reajustados conforme os critérios, prazos e índices previstos no Anexo 25 – Minuta do Contrato de Concessão do Aeroporto.
- 6.15. Os bens reversíveis vinculados à Concessão são todos aqueles indicados no Anexo 25 – Minuta do Contrato de Concessão.
- 6.16. O exercício social da Concessionária e o exercício financeiro do Contrato coincidirão com o ano civil.
- 6.17. A lei aplicável ao Contrato será a brasileira, com os seus princípios informadores, não sendo admitida qualquer menção a direito estrangeiro ou internacional, nem mesmo como meio de interpretação.
- 6.18. A participação dos acionistas do Acionista Privado, direta ou indiretamente, no capital votante de empresas aéreas deverá observar as regras de limitação à participação previstas neste Edital.

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

**CAPÍTULO VII - DAS PENALIDADES**

7.1. Sem prejuízo da execução das Garantias, o descumprimento de qualquer condição estabelecida neste Edital possibilitará à ANAC, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar às Proponentes e à Adjudicatária, as seguintes penalidades:

7.1.1.advertência;

7.1.2.multa; e

7.1.3.suspensão temporária do direito de contratar ou participar de licitações e impedimento de contratar com a ANAC por até 2 (dois) anos.

7.2. Sem prejuízo das penalidades previstas no item 7.1, fica, ainda, garantida à autoridade competente a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANAC.

7.3. A pena de multa por infrações cometidas no decorrer do procedimento licitatório será no importe máximo de 100 URTA por evento, sendo o correspondente ao valor total da Garantia de Proposta nos casos especificados no Edital.

7.4. Caso a multa aplicada seja superior ao valor da garantia aportada, permanece a obrigação de responder pelo valor remanescente, nos termos do item 4.18.7 deste Edital.

7.5. O descumprimento de qualquer condição antecedente e necessária à Concessão, em especial a de aporte de garantias nos prazos estabelecidos, configurará recusa da Proponente ou Adjudicatária em receber a Concessão, restando caracterizado o total descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades tipificadas neste Capítulo, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, sempre mediante processo administrativo instaurado especialmente para este fim, assegurado o contraditório e ampla defesa.

**CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1. Na hipótese de a ANAC vir a tomar conhecimento, após a fase de habilitação, de que qualquer documento apresentado por uma Proponente era falso ou inválido à época da

**EDITAL DO LEILÃO Nº \_\_/2013**  
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS**  
**RIO DE JANEIRO/GALEÃO – TANCREDO NEVES/CONFINS**

apresentação, poderá desclassificá-la, sem prejuízo de indenização devida ao Poder Concedente.

- 8.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1 acima, o Leilão somente poderá ser revogado pela Diretoria da ANAC por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal revogação.
- 8.3. A Diretoria da ANAC, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o Leilão se verificada qualquer ilegalidade que não possa ser sanada.
- 8.4. A nulidade do Leilão implica a nulidade do Contrato, não gerando obrigação de indenizar por parte do Poder Concedente, salvo na situação prevista no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e suas modificações.
- 8.5. A Proponente se obriga a comunicar à ANAC, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de habilitação, imediatamente após sua ocorrência.